



PROGRAMA  
HISTÓRIA  
ORAL

---

DESEMBARGADOR  
JOÃO BATISTA TEIXEIRA



## ENTREVISTA CONCEDIDA PELO DESEMBARGADOR JOÃO BATISTA TEIXEIRA AO PROGRAMA HISTÓRIA ORAL DO TJDFT

**J**oão Batista Teixeira nasceu em Petrópolis, RJ, no dia 12 de dezembro de 1948, filho de Domingos Manoel Teixeira e Maria Augusta Teixeira, casado e pai de dois filhos. Formou-se Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Vianna Júnior, Juiz de Fora (MG), término em 1976. Curso de pós-graduação em Direito Penal, realizado na Universidade Católica de Brasília. Doutor pela Universidade Autônoma de Lisboa (UAL) com a tese: "A Busca da Justa Reprimenda no Contexto do Estado de Direito". Defesa da tese em 22/6/2009 (Carta Doutoral expedida em 30/6/2009). Exerceu a advocacia no período de 11/8/1977 a 23/7/1986. Foi aprovado no Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Juiz de Direito e de Juiz de Direito Auxiliar de 1º entrância em Minas Gerais. Foi, também, aprovado no Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Juiz de Direito de Rondônia, empossado em 23/7/1986, por opção,

uma vez que foi aprovado também pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais para o mesmo cargo. Foi promovido, por merecimento, em 9/8/1986, no Judiciário de Rondônia, da Comarca de Cerejeira, para a 2ª Vara Cível da Comarca de Vilhena. Atuou como Juiz Eleitoral no Estado de Rondônia por dois anos. O ingresso na magistratura do Distrito Federal ocorreu após aprovação no XVII Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Juiz de Direito Substituto do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), com posse em 11/10/1991. Foi titularizado como Juiz de Direito do TJDFT na 1ª Vara Criminal da Circunscrição de Ceilândia (DF). Promovido, por merecimento, para a 7ª Vara Criminal da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília. Exerceu durante nove anos a presidência da 2ª Turma Recursal do Juizado Especial Cível e Criminal do Distrito Federal. Atuou como Juiz convocado do TJDFT perante as 1ª, 3ª, 4ª e 6ª Turmas Cíveis e na 1ª e na 3ª Câmaras Cíveis. O magistrado foi responsável por instalar a 15ª Zona Eleitoral do Distrito Federal (DF), com exercício da judicatura eleitoral entre abril de 2000 a abril de 2002. Em

10/6/2011, foi em-  
pos-

sado como Desembargador Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF). Sua promoção ao cargo de Desembargador do TJDFT ocorreu em 16/12/2011, pelo critério antiguidade. Lecionou em várias instituições, além de possuir trabalhos publicados. Durante a carreira, é agraciado com títulos honoríficos, tais como a moção congratulatória nº 25, em face da aprovação nos concursos de ingresso na magistratura dos Estados de Minas Gerais e Rondônia, pela Câmara Municipal de Petrópolis (RJ); título Cidadão Benemérito, pela Câmara Municipal de São José do Vale do Rio Preto (RJ); medalha do Mérito Eleitoral – Classe Jurista – em razão dos relevantes serviços prestados à Justiça Eleitoral, em 26/9/2001; Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios, no grau de Comendador, em 10/3/2002; diploma do Mérito Policial Civil, conferido pelo Governador do Distrito Federal, em 24/11/2005; medalha do bicentenário da Polícia Civil do Distrito Federal Intendente Paulo Fernandes Viana, concedida pelo Governador do Distrito Federal, em reconhecimento a contribuição em prol do engrandecimento da Instituição, em 22/11/2008; Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios, no grau de Grã-Cruz, em 19/3/2010.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Desembargador João Batista Teixeira, em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer muito a sua presença, dizer que a sua pessoa faz parte do Programa História Oral. Para nós é uma grande honra. Sabemos que a sua história é uma história muito rica, a sua capacidade tem marcado seus votos, seus posicionamentos, e trazem sempre lições preciosas para todos nós. Nós queremos deixá-lo bem à vontade para iniciar essa entrevista, mas perguntaríamos em primeiro lugar ou pediríamos em primeiro lugar que

falasse um pouco acerca da sua vida antes de chegar à magistratura. Onde nasceu, qual a cultura do lugar onde viveu a infância, porque escolheu o direito?

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Gostaria inicialmente de registrar que, em verdade, a satisfação é toda minha de estar aqui participando do Memória Oral. De uma maneira muito especial porque estou a ser conduzido por uma amiga, se me permite assim, desembargadora Carmelita Brasil.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

É uma honra.

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Isso realmente envaidece a qualquer espécie humana, ainda que pretensiosa como eu. Sou do interior do Rio de Janeiro. Nasci, em verdade, a setenta e dois quilômetros de Petrópolis, numa cidade pequena, São José do Vale do Rio Preto. Bem na verdade, desencadeei o processo de emancipação porque entendíamos que Petrópolis não atendia as nossas necessidades.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Era um distrito de Petrópolis.

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Era um distrito de Petrópolis. E exatamente em razão da cultura. Petrópolis é uma cidade turística, vivia de indústria e coisas outras. Já o nosso quinto distrito vivia da agricultura, da avicultura. Era muito forte a avicultura. Chegou a ser considerado o maior centro avícola da América Latina, por volta de 1960. Cresci naquele ambiente

ruícola. Meu pai tinha uma pequena propriedade que, hoje, seria muito grande, mas, na época, era pequena. E também nos dedicávamos à avicultura. Comecei a estudar naquela cidadezinha e o fiz. Vou sempre olhando o meu memorial, porque isso vai me ativando os períodos etários. Comecei, em verdade, lá nesta pequena cidade – hoje, São José do Vale do Rio Preto tem em torno de quarenta mil habitantes, não mais do que isso – no colégio estadual daquela cidade. Logo depois, a necessidade me levou a transferir para Areal. Em Areal concluí o que seria hoje o básico. Concluído o básico, fui fazer a Escola Técnica de Comércio de Entre-Rios, em Três Rios. Concluí o básico em 1968 e comecei o curso técnico em 1969. E fui terminar em 1971. Neste interregno, já estava trabalhando em Areal de garçom. Na verdade, fazíamos tudo. Ora era garçom, ora fazia faxina. As atividades que o comércio exigia. Foi quando fui convidado para fazer parte do escritório do pai do desembargador Cláudio Campos Belotto, que hoje é desembargador do Rio de Janeiro. O pai dele Marinho Campos Belotto me levou, então, para o escritório dele.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Escritório de Advocacia?

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Escritório de Contabilidade. Dentro de três meses já tinha dominado aquilo tudo. Enfim, estava bem entrosado naquelas atividades e o Marinho acabava de se formar

em Direito. Ainda continuei a trabalhar com ele algum tempo e, em 1972, porque o meu patrão era advogado, também porque a nossa atividade demandava sobremaneira contatos com leis, estudar as leis, enfim, especialmente, os aspectos tributários. Tínhamos que estar sempre bem informados. Foi quando resolvi, então, fazer Direito. Fui procurar a Universidade Católica de Petrópolis e a conclusão que cheguei é que não teria condição de pagar. Porque, apesar de ser Universidade Católica, não é o nosso caso de Brasília. Nosso estudante da Católica paga, sem dúvida nenhuma, duas ou mais vezes do que se paga numa Faculdade particular. Isso me levou, então, a buscar um curso que, em princípio, era a semana inteira. Depois, conseguimos até reduzir um pouco a carga. A gente ia quinta. Ficava quinta, sexta, sábado e domingo já vínhamos embora, em Juiz de Fora, na Viana Júnior. Então, foi lá que fiz o curso de Direito. Comecei o curso em 1972 e fui concluir em 1976. Uma vez formado, continuei no escritório por algum tempo.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Em Três Rios?

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Em Areal. Formado, voltei para Areal e fiquei lá no escritório por uns tempos, porque era uma espécie de sociedade. Depois, resolvi montar o meu próprio escritório. Como tudo se passava em torno de Petrópolis, eu tinha uma sala nessa pequena cidade e tinha o escritório em Petrópolis, na Rua Dezesesseis de Março, bem ao lado do antigo Fórum. Agora está tudo mudado.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Abriu esse escritório sozinho?

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Sozinho. Quando já estava advogando há uns cinco ou seis anos, é que apareceu um amigo lá muito influente politicamente, levava alguns serviços para o escritório. E acabou ficando conosco lá. É o Luiz Carlos Ambrósio.

O pai dele tinha sido Prefeito de Petrópolis. Ele chegou a ser Governador biônico na era militar, do Rio de Janeiro. E fiquei lá trabalhando. A banca frutificou. Cheguei a ter uma banca bem considerável.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Voltada só para o Direito Penal?

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Não. Fazia tudo. Fazia Trabalho, Família, Penal. Em cidade de interior, a gente não podia se dar o luxo de se especializar. Na verdade, o meu grande cartão de visita sempre foi o tal de Processo Civil. Então, advoguei bastante tempo em Petrópolis. Até que, convencido por um amigo advogado, também muito bem sucedido. Hoje, juiz no Espírito Santo, chamado José Henrique Hingel. Eles eram muito bem economicamente, tinham uma distribuidora de automóveis, mas vivia mesmo de advocacia. Ele dizia para mim: "Isso é coisa do meu pai. Ele é que toca o comércio. O meu negócio é advocacia." Advogava bem. Era um especialista nessa área de responsabilidade civil extracontratual, aquele ANA. Ele dominava isso com uma maestria que lhe era muito própria. Também comecei a advogar boas causas, responsabilidade civil, inclusive, contra a rede ferroviária. Começamos a trocar figurinhas acerca de informações, o que seria melhor. Ele me questionava, eu o questionava. E ele me convenceu. "Vamos fazer

concurso. Porque essa coisa de ficarmos advogando, você numa semana está pobre, na outra, está rico, mas esta riqueza dura muito pouco. Na vida pública nós vamos ganhar menos, mas vai ser uma coisa certa." Já era casado, já tinha a minha filha mais velha. Era neném ainda, uma criancinha. Foi por volta de 1981, 1982. Eu falei: "Você está certo. Vamos fazer." Reunimos um grupo: Eu, o Hingel, um rapaz, que era secretário-geral do doutor Amauri, que também era desembargador no Rio, Hebert e o outro, que deve estar ainda em Juiz de Fora, que é o Histon (inaudível). Todo dia a gente parava, no mínimo, duas horas para estudar. E todos os dias nós saíamos com uma pergunta para ser respondida.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Nessa época em que começaram estudar para concurso, já haviam definido a magistratura como fim ou não?

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Já havíamos definido a magistratura.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Queriam ser juízes.

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Tinha concurso para defensoria, Ministério Público. Não fazíamos. Só fazíamos magistratura. Nós queríamos era magistratura. Assim, definido que faríamos concurso para magistratura, comecei a estudar e foi quando... eu tinha um amigo no Rio, nós jogávamos futebol, e ele era irmão do Balbino, dono do Cartório, da Graça Aranha. Ele é um cara fantástico. E falou: "Me dá uma procu-

ração.” Mas isso já numa fase mais adiantada, porque já havíamos tentado concurso de Minas. O Histon passou. Eu fiquei nas orais. E o Hingel não conseguiu nada.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Mas o estudo continuou sendo de vocês em grupo, ninguém se matriculou em cursinho?

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Só em grupo. Tínhamos um grupo. Levávamos os temas, debatíamos e concluíamos. Isso em 1981, 1982, nesse período. O Histon ingressou na magistratura e o nosso grupo diminuiu. Ficamos três. Chegou outro rapaz também. A esposa era médica e dava aula da Católica. É o Avenir, que está aqui no Goiás. Ingressou nesse grupo também. Tem uma curiosidade que, posteriormente, fiz um concurso no Rio e fui perceber que estava muito bem na advocacia. Mas que, no Direito, não sabia nada. Apesar de estarmos estudando, mas era muito pouco para as nossas pretensões. Foi quando resolvi fazer o CEPAD<sup>1</sup>. Esse CEPAD é um curso na Graça Aranha e tinha, realmente, professores de peso. Tinha o Barbosa Moreira, tinha o Wilson Marques, tinha o Fabião, tinha o Fux. Na verdade, o Fux tinha um grupo de amigos lá. Não cheguei a ser aluno do Fux. Advoguei contra o Fux em Petrópolis, quando ele ingressou para a magistratura, era juiz substituto. Foi

---

**1** Centro de Estudos, Pesquisa e Atualização em Direito do Rio de Janeiro.

quando, no Rio, conheci esse outro amigo Periandro Alves Balbino, o Pituba. O Peri me pediu uma procuração e saiu me inscrevendo por esses Brasis afora. Inscreveu-me no Espírito Santo, em Rondônia, no Acre eu não fui, em Santa Catarina, em São Paulo... Com isso eu já tinha uns seis meses, mais, tinha oito meses de CEPAD.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

O que é CEPAD?

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Centro de Estudos... O nome completo até tenho aqui, mas não sei se vou localizar. Era um curso preparatório de carreiras jurídicas. Conheci o Periandro, ele me inscreveu nesse concurso, e o primeiro que saiu foi o Espírito Santo. Fui para o Espírito Santo, fiz a prova. Lá era engraçado, fazia o provão oral com todo mundo examinando. Na verdade, a grande dificuldade era você passar por essa prova. Passei nessa prova, e o Hingel não passou. Na sequência, Minas (Gerais) me chama para fazer o concurso. Fui fazer o concurso de Minas. Já havia sido reprovado no primeiro, e digo que fui injustamente reprovado. Não recorri. Fui reprovado em Direito Eleitoral. A matéria questionada era Preparador Eleitoral, e isso estava em três, quatro artigos do Código, que eu sabia de cor, e as perguntas que ele me fez eu não tinha como errar. Mas, reprovaram-me assim mesmo, e fui embora.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Naquela época não existia recurso, não é desembargador? Não, não tinha, estávamos ainda na época do Regime Militar.

### **Desembargador João Batista Teixeira**

E quem me reprovou foi Alfredo Baracho. Ele me reprovou de uma maneira muito estúpida. Ele me prometeu fazer cinco perguntas. Fez quatro. Respondi as quatro. Ele abriu minha prova e disse: “Você escreveu isso que está aqui. Você confirma ou você reformula?” Pensei: “Se eu reformular, estou reprovado, porque não tenho personalidade; se eu mantiver, tenho que manter”. Ainda fiz um discurso, justifiquei com outros fundamentos o porquê da escolha daquela resposta, e ele foi de uma grossura fantástica. Ele disse: “Olha doutor, só se for lá em Petrópolis, aqui, não é assim”. Resultado: Reprovou-me. Isso foi no primeiro concurso.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Esse depoimento é muito precioso para nós que, agora, nas circunstâncias de estarmos exercendo a função de 1º Vice-Presidente, nos é atribuído a Presidência da Comissão de Concursos. E tentamos criar um clima o mais favorável possível. Sabe que o candidato chega ali estressado, ansioso e, nesse último concurso, recebemos uma carta de uma candidata elogiando a banca, dizendo que estava, realmente, uma pilha de nervos, mas que ali se sentiu acolhida e muito respeitada. Quer dizer, criar uma situação constrangedora é terrível.

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Para mim foi realmente muito dolorido. Mas aquilo foi muito bom para minha carreira, porque provocou uma reação inversa.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Ao invés de abater, estimulou.

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Fui embora, fui estudar, cheguei na outra prova, que foi no ano seguinte, não era como aqui, todo ano tinha concurso, e já estava com o concurso do Espírito Santo numa fase terminal, e já havia feito o concurso de Rondônia também. Chegando lá, quem eu encontro? Encontrei Humberto Theodoro Júnior,<sup>2</sup> cidadão fantástico, ele foi, realmente, muito bacana comigo. Achei interessante a postura dele. Encontrei também Paulo Nader,<sup>3</sup> que havia sido meu professor lá na Vianna Júnior.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

De Introdução ao Estudo do Direito.

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Recasens Siches,<sup>4</sup> ele gostava do Recasens Siches.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Deve gostar até hoje.

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Ele virou pra mim e disse: “Olha Batista, você não se influencie muito com isso aqui não. Nós vamos fazer, mas vamos é para o Rio. Eu quero ir para uma Comarca junto com você”. Fizemos o concurso. A doutora tinha essa incumbência de examinar. Elogiei a atitude de Humberto

- 
- 2 Advogado, professor e magistrado aposentado (desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais).
  - 3 Doutrinador, professor e autor de várias obras. Membro efetivo da Academia Brasileira de Letras Jurídicas e juiz de Direito aposentado.
  - 4 Luís Recasens Siches. Estudioso da filosofia do Direito.

Theodoro Júnior, porque chegamos lá, as provas começaram às dez horas e, às onze horas da noite, é que fui chamado para ser examinado. Lá você entrava e era examinado por todos, se virava o ponto na hora, tinham trinta fichas, eram trinta pontos, você virava, e você fazia o que eles perguntavam. Naquela época, estava eu já bem preparado. Tive um grupo de professores que, realmente, eram bons. Tem nomes que até hoje são respeitados. Aí ele me fez a primeira pergunta, respondi, segunda, terceira pergunta, ele falou: "Vamos fazer uma aposta, doutor?" Eu disse: "Vamos fazer uma aposta, doutor. Dita aí qual é a perspectiva". Ele disse: "Te faço mais uma pergunta".

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Quem era esse?

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Humberto Theodoro Júnior. "Vou te fazer mais uma pergunta, se você responder, estás aprovado e, senão responder, tu estás reprovado". Pela experiência que já tinha vivido ali, eu pensei: "Tenho que topar a aposta, porque se eu topar, ele vai fazer a pergunta, se eu não topar, ele vai fazer a mesma". Aí eu disse: "Perfeitamente, desembargador. Vamos à pergunta". Lembro como se fosse hoje. Ele me perguntou: "Tem sentença de mérito no processo de execução?" Eu disse: "Sim". Ele disse: "Justifique". Respon-di: "164 do CPP, quando as partes fazem acordo no processo". Ele falou: "Não vou te dar 10, não. Vou te dar 9.75". Então, foi uma coisa muito interessante. A curiosidade é que,

quando eu saí, a turma toda que já me conhecia disse: "Você foi reprovado, porque estão ficando duas horas com o Humberto, e você não levou nem dez minutos". Eu disse: "Que nada, não só fui aprovado como já sei minha nota; ele escreveu minha nota para eu ver". Foi realmente, muito gratificante aquilo.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Quer dizer que o Paulo Nader fez também esse concurso?

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Fez o nosso concurso. Paulo Nader foi o primeiro, eu fui o segundo colocado, e o terceiro foi um Promotor, que foi expulso depois, expulso é força de expressão, foi exonerado, não sei bem como se passou, mas o Tribunal parece que não o aprovou durante o período do estágio, porque ele deu uma sentença em versos. Ele era muito versado nessa seara, e ele fez uma sentença toda em versos. É um Tribunal conservador.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Acho que, na verdade, essa sentença não é só porque é em versos, porque ela também foi uma afronta ao Poder Judiciário. Ele estava julgando um furto ou um roubo.

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Mas tem um dispositivo no Código que diz que tem que ser editado em língua Portuguesa.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Mas o verso é língua Portuguesa. Não diz que não pode ser.



### **Desembargador João Batista Teixeira**

Pois o Tribunal entendeu que não era.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Mas era o conteúdo dela. Ele estava julgando um roubo ou um furto, um crime contra o patrimônio, e ele absolveu a pessoa, e diz na sentença que aquilo era mais ou menos sem significado social o ato praticado, mas como ele tinha essa tendência para roubar, ele deveria vir morar em Brasília, onde os ladrões moram. Ele disse isso na sentença.

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Não conheço a sentença.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Mas rodou o Brasil inteiro na época.

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Mas nessa época eu não estava por aqui.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Já estava, porque o Paulo Nader foi meu colega na Universidade Federal de Juiz de Fora, eu lecionando Direito Constitucional, ele...

### **Desembargador João Batista Teixeira**

De vez em quando, encontro com ele. Dessa turma toda sobrou Paulo Nader; o Carvalhinho, do Rio, que escreve Direito Administrativo até hoje, foi quem me colocou Direito Administrativo na cabeça; o Sylvio Capanema (de Souza), aliás, precisávamos trazê-lo aqui pra dar uma pa-

lestra para nós. Quem nunca assistiu a uma palestra dele, não assistiu a palestras nesse país. Ele é fantástico.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Ele é fantástico em todos os sentidos.

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Continuando minha carreira da magistratura.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Mas você acabou não assumindo a magistratura, apesar dessas peripécias todas e dessa colocação no concurso em segundo lugar.

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Não assumi. Fui, fiz o concurso, escolhi a Comarca. Nesse interregno, Rondônia me chamou, porque eu já tinha sido aprovado em Rondônia.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Mas interessante, porque você vai escolher Rondônia ao invés de escolher Minas, onde tinha estudado, grudadinho na cidade onde trabalhava.

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Primeiro, sobrou uma certa mágoa de não ser aprovado. Na minha consciência, não aceitei a reprovação, porque uma coisa é te fazer uma pergunta e você não saber, outra coisa é fazer uma pergunta ao candidato, o candidato ter certeza absoluta do que está respondendo, porque estava na lei, ninguém pode inventar o que está na lei, e ser reprovado. Aquilo não me bateu bem, não gostei, não foi bom pra mim. Mas também, tenho que

---

5 Advogado e professor. Foi desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

ser honesto. Não foi só isso que me levou a assumir Rondônia e não Minas. É que Rondônia pagava três vezes mais. Aí fui pra Rondônia e lá fiquei por cinco anos. Tomei posse na Cerejeira, fui promovido para Vilhena. Foi um período muito bom, período de bastante aprendizado. Já tinha um casal de filhos, que estavam crescendo. O filho, que hoje advoga, que também já está fazendo concurso, já estava com sete anos, e achei que precisávamos ir para um centro maior, onde eles pudessem estudar, enfim, ter uma receptividade melhor do ponto de vista cultural. Foi quando Irineu, que era juiz aqui, aparece por lá, e me traz uma procuração e me inscreve aqui. Aí venho fazer o concurso.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Já tinha estado em Brasília?

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Já tinha vindo advogar aqui. Já tinha vindo fazer sustentações no TST e no Supremo. Não tinha STJ.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Tinha o Tribunal Federal de Recursos também?

### **Desembargador João Batista Teixeira**

TRF tinha. Vim várias vezes também. Já conhecia Brasília em razão da advocacia, porque eu tinha uma advocacia, como já colocado, bem próspera. Tive bons

clientes. Um dos donos do Carrefour<sup>6</sup> foi meu cliente. Isso se não dava muito dinheiro, dava um bom status. Depois, cheguei à conclusão de que haveria de vir tentar a sorte aqui, fazer o concurso novamente. E aí bateu uma curiosidade bem interessante. Havia, na época, muitos concursos para Juiz Federal e, da mesma maneira que nunca fiz outro concurso, a não ser da magistratura, também não aceitava fazer concurso para a Justiça Federal. E a razão era simplória. Não vou trabalhar com dois artigos do Código: contrabando e descaminho. Eu reputo que o Juiz Federal se ele não se dedicar aos estudos, ele vai ficar, decididamente, muito limitado. Então, foi aí que Brasília surgiu pra mim, como a única opção, porque no Estado eu já estava. E aqui então eu teria uma Justiça que eu achava que já tinha esse conceito de ser federalizada. Federalizada por quê? Criada e mantida pela União, mas que tem a competência da Justiça Estadual. Esse foi meu grande atrativo. E também, não posso deixar de falar, que o Irineu nos relatava que aqui nós não tínhamos nenhum problema com pagamento, não atrasava nada.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Lá atrasava?

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Atrasava. Tinham essas questões. Então pensei: É Brasília mesmo. E aqui chegando fui muito bem recebido.

---

<sup>6</sup> Rede internacional de hipermercados.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Qual o ano do concurso?

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Fins de 1990. Tomei posse em outubro de 1991,<sup>7</sup>.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Quem participava da Banca que o examinou? Ainda lembra?

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Lembro do desembargador Edmundo Minervino (Dias), do desembargador Luiz Cláudio (de Almeida Abreu), do desembargador Hermenegildo Gonçalves Fernandes.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Que até hoje participa da Banca.

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Hermenegildo, muito interessante...

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Quem examinava Penal?

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Penal, eu acho que foi o desembargador Hermenegildo Gonçalves Fernandes. Foi bem interessante. Mas a banca me deixou bastante à vontade. Eu estava muito ansioso.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

---

7 Aprovado no XVII Concurso – 1990/1991 – da magistratura do Distrito Federal e dos Territórios, em 14º lugar para o cargo de Juiz de Direito Substituto, com posse em 11/10/1991.

Com certeza, depois de tantos anos, já magistrado. Traz-se esse peso todo na apresentação do candidato. É muita coragem.

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Hoje, não saberia se teria coragem de enfrentar um concurso para a magistratura outra vez, porque, realmente, isso pesou. Já era juiz há cinco anos, estava muito bem lá, tinha uma receptividade muito boa no Tribunal e, de repente, largar tudo e chegar aqui, e voltar lá dizendo que fui reprovado.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

O desembargador Marco Antônio da Silva Lemos nos contou que, quando ele se aposentou, no Amapá, e se inscreveu no concurso de Brasília, um colega dele o chamou em particular e quis desanimá-lo de fazer o concurso, dizendo: “Olha, vai ficar muito mal você, um desembargador, tomar ‘pau’ no concurso de juiz substituto.” É muita coragem mesmo.

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Acho que fui bastante corajoso.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Sem sombra de dúvidas.

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Pois é, e aí vim para o Distrito Federal. Tomei posse em 11 de outubro de 1991. E a turma era muito grande,<sup>8</sup>

---

8 XVII Concurso – 1990/1991 – da magistratura do Distrito Federal e dos Territórios. Foram aprovados 21 candidatos.

tinha o Benito (Augusto) Tiezzi, eu, o Luciano (Moreira Vasconcellos), o Gilberto (Pereira de Oliveira), que está aqui até hoje, o José Carlos (Souza e Ávila), o Jesuíno (Aparecido Rissato), a Nilsoni (de Freitas Custódio), o Alfeu (Gonzaga Machado), o Banja. Nossa turma era muito grande. Lembro sempre do Banja, porque era uma pessoa interessante. Era meio problemático, mas, sei lá, me tratava tão bem! Eu gostava muito dele, como continuo a gostar. Não é o fato de ele estar doente que deixamos de gostar.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

E o gosto pelo Direito Penal começou quando? Se a escolha da magistratura estadual era exatamente para ter esse leque bem aberto de matérias a serem estudadas e decididas, quando esse gosto especial pelo Direito Penal apareceu na sua vida?

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Isso foi uma coisa bem interessante. Minha cátedra era Direito Processual Civil. Tive excelentes professores de Processo Civil: Humberto Theodoro Júnior, Barbosa Moreira, no Rio, Wilson Marques, que reputo como o maior pecado do mundo aquele homem não ter escrito o que sabia de Processo Civil. Era realmente um cara fantástico. Além desses, havia um camarada que era do grupo do Fux, de nome libanês, que também sabia muito de Processo Civil. Então, meu cartão de visita era Processo Civil. Era difícil ter uma questão de Processo Civil em que tivesse alguma dificuldade. Tinha uma visão muito ampla do processo,

das ideias de Chiovenda,<sup>9</sup> e de Liebman,<sup>10</sup> mas, particularmente, dedicava-me mais às ideias couturistas. Achei que o Couture,<sup>11</sup> foi um dos grandes nomes do Processo Civil nosso. Hoje, não tenho orgulho de falar do nosso Processo, porque não consigo ver mais ideias de cabeças como essas que cito. Bom, mas meu cartão de visita era Processo, dava aula de Processo.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Já dava aula? Quando começou sua carreira de magistério, que até agora não foi dito?

### **Desembargador João Batista Teixeira**

A carreira de magistério começou em São José do Vale do Rio Preto (RJ), em 1964, quando comecei dando aula de Contabilidade. Já sou aposentado como professor. Ainda estou em sala de aula porque a universidade não abriu mão, mas também estou reduzindo, estou apenas com uma turma. Chega! Não quero saber mais. Quando entrei para a magistratura, logo me chamaram, porque eu era...

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Isso em Rondônia?

- 
- 9 Giuseppe Chiovenda. Jurista. Autor de várias obras, conhecido como um dos maiores expoentes da doutrina jurídica italiana.
  - 10 Enrico Tullio Liebman. Importante jurista italiano, autor de diversas obras, com bastante influência no Processo Civil brasileiro.
  - 11 Eduardo Juan Couture Etcheverry. Consagrado jurista uruguaio.

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Não, já em Petrópolis mesmo. Já haviam me chamado para dar aula na Católica, mas aí pensei..., até fui lá e dei umas aulas, mas não assumi porque me chamaram para Rondônia. Fiquei bastante tempo em Vilhena, quase cinco anos – quatro anos e dez meses. Só fiquei dois meses em Cerejeira. Lá tinha uma faculdade, e me chamaram. Lá fui eu para a sala de aula outra vez.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Processo Civil?

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Processo Civil. Quando chego aqui em Brasília, a UDF (Centro Universitário do Distrito Federal) me chama também: Processo Civil. A essa altura já estava caminhando em minha carreira aqui no Distrito Federal. Já estava titularizando. Passei por várias varas – 6ª Vara, Vara de Família, Sobradinho,<sup>12</sup> – e, quando fui titularizar, basicamente fundei, inaugurei a 1ª Vara Criminal de Ceilândia.<sup>13</sup> Na verdade, especializada era só a primeira, então, fui para a 1ª Vara. E aí não consegui me sentir muito confortável dando aula de Processo Civil e julgando no Crime. Disse: “Tenho de mudar isso!” O que fiz? Refiz toda a minha biblioteca e fui estudar Direito Penal. E aí me aprofundei em Direito Penal e mudei minha cadeira para Direito Penal. Resultado é que, hoje, se me perguntar o que diz o art. 940 do Código Civil, não sei, porque não tenho nenhum interesse. Hoje minha ideia é Direito Penal, tenho ideias próprias, tenho brigas homéricas na nossa Câmara em razão de um pensamento: sou bastante

humanista. A minha formação é humanista, e nem todos os nossos desembargadores têm essa tendência humanizadora da pena; pelo contrário, temos alguns que têm um pensamento mais duro. Mas devo dizer também que tenho sido muito feliz nessa minha caminhada. Mudei a maneira de pensar do Tribunal, no mínimo, em umas seis ou oito questões, que eram questões fechadas e sobre as quais ninguém discutia. Exemplo clássico, e essa foi minha briga maior neste Tribunal, foi compensar a confissão espontânea com o agravante da reincidência. A senhora pode pesquisar que o primeiro voto neste país foi meu, compensando. E assim votei no nosso Tribunal durante quatro anos sozinho, até que o STJ passou a decidir monocraticamente. Aí a Câmara mudou. Ainda temos dois desembargadores que mantêm a posição antiga, mas o fazem... até elogio, porque quando as pessoas têm um pensamento e o levam até o final, não vejo isso como algo de ruim, mas como algo a ser elogiado, porque eles têm pensamentos e vão até o final.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Mas seguindo ainda sua judicatura aqui em Brasília, Vossa Excelência foi para Ceilândia, e houve essa reviravolta, até estrutural na sua mente, de processualista para penalista, que parecem ser coisas até antagônicas. Depois, passou por quais outras áreas, desembargador?

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Antes de ir para Ceilândia, primeiro fiquei muito tempo na 6ª Vara Cível...

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Como titular?

<sup>12</sup> Região Administrativa do Distrito Federal.

<sup>13</sup> Região Administrativa do Distrito Federal.

**Desembargador João Batista Teixeira**

Não, como substituto. O titular era o Celmo (então juiz Celmo Fernandes Moreira), mas a verdade é que a vara estava um caos, porque ele estava estudando para fazer concurso para a Procuradoria...

**Desembargadora Carmelita Brasil**

Como, de fato, fez.

**Desembargador João Batista Teixeira**

E a vara estava mesmo um caos. E quando cheguei lá que ele viu que eu tinha potencial, aí que abandonou tudo mesmo, desembargadora. Ele virou e disse: "Você toca isso aí. Eu venho e assino aqui..." E assim foi feito. Tínhamos quatro armários e ninguém botava a mão neles.

**Desembargadora Carmelita Brasil**

Armários com o quê?

**Desembargador João Batista Teixeira**

Esses armários cheios de processos. Consegui julgar aquilo tudo. Bem ou mal, eu julgo. Tinha muita facilidade em decidir. O desembargador Getúlio (Vargas de) Moraes Oliveira, nosso Presidente hoje,<sup>14</sup> estava sempre conversando conosco, era muito amigo de Celmo, e, certa feita, Sua Excelência disse: "Rapaz, estou impressionado com suas

---

14 A gestão do biênio 2014-2016 do TJDFTE teve o desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira exercendo o cargo de Presidente do TJDFTE.

sentenças. Curtinhas, mas não tem o que acrescentar." Ele já era desembargador, e falava: "Gosto de outra coisa que você faz: 'parágrafos curtos'". Então, estive muito tempo nessa 6ª Vara. Depois, substitui o desembargador Romão Cícero de Oliveira na 2ª Vara de Família; depois, passei pela Vara Cível de Sobradinho. As varas em que fiquei mais tempo foram essas, nas outras, ia esporadicamente, nomeado na substituição.

**Desembargadora Carmelita Brasil**

Durante quando tempo permaneceu como juiz substituto?

**Desembargador João Batista Teixeira**

Ficamos 91... fui titularizar em julho de 94. Foram quase cinco anos.

**Desembargadora Carmelita Brasil**

Não chegou a cinco anos.

**Desembargador João Batista Teixeira**

Isso também teve um episódio, porque nossa turma era bem grande...

**Desembargadora Carmelita Brasil**

Quantos?

**Desembargador João Batista Teixeira**

Éramos vinte e um,<sup>15</sup>.

---

15 XVII Concurso – 1990/1991 – da magistratura do Distrito Federal e dos Territórios. Foram aprovados 21 candidatos.

## Desembargadora Carmelita Brasil

Era grande.

## Desembargador João Batista Teixeira

Nossa turma se reuniu, e, sobremaneira, exercemos uma conversa com o Tribunal: “Olha, essa coisa aqui... estamos carregando esse piano, mas precisamos resolver isso; ao menos colocar o cidadão na vara onde ele vai ficar e tal”. Aí o Tribunal se sensibilizou e realmente promoveu todos em tempo recorde. Nisso fui, então, para a Ceilândia. De lá, fui para a Vara Criminal, e aí tive de mudar tudo. Outra curiosidade também na minha vida de jurígena: quando compro uma briga, compro para valer. Nunca falei vou fazer concurso. Eu vou fazer concurso para ser o primeiro, porque se fizer o concurso para ser o último, não passo. Tinha sempre isso na cabeça: vou fazer para valer mesmo. E quando também resolvi trocar de cadeira, também fiz para valer mesmo: li e estudei todos os autores nacionais, vi quem era melhor e quem era pior, peguei e os principais nomes de fora também, do exterior: Figueiredo Dias,<sup>16</sup> lembro muito bem, gostei muito das obras dele, Claus Roxin,<sup>17</sup> Jescheck.<sup>18</sup> Passei a limpo toda essa turma. Aí chegou uma situação interessante. No ano de 2003, fui eleito para ir para a Turma Recursal, onde tinha tudo. Fiquei de 2003 até 2005. Em 2005, comecei a ser convocado para o Tribunal. A curiosidade é que só fui convidado para a Turma Cível. Não tenho uma convocação para substituição no Crime. Uma só. Até me perguntaram: “Por que você que gosta do Crime, sempre viveu

em Vara Criminal, por que você vai para Fórum Cível?” Eu cá saberia que eu seria bastante compensado no Tribunal, as minhas ideias. Falei: “Então é melhor ficar no Cível”. Primeiro, eu ainda tinha uma boa noção de processo. Não me enrolava muito fácil com um processo. Tinha um bom tirocínio e sempre tive na cabeça que, se você souber muito bem o Processo Civil, o Direito Civil você precisaria muito pouco. Você tem que conhecer mesmo é o Processo Civil. Se você conhecer mesmo o Processo Civil, você vai encontrar a solução para a maioria dos casos. O que resta é o Direito Civil, mas nada que algumas horas de leitura não se resolvam. Então, fiquei convocado pelas Turmas Cíveis. Foi muito bom. Foi um aprendizado. Melhor, foi uma memorização fantástica que tive. Fiquei muito tempo na 1ª, com o (desembargador) Natanael (Caetano Fernandes), com o (desembargador) Hermenegildo (Fernandes Gonçalves), com (desembargador) Nívio (Geraldo Gonçalves). Depois passei muito tempo pela 3ª. Aí rodei basicamente essas Turmas Cíveis todas. Criminal, nenhuma. Quando chegou na hora da promoção: agora você vai ser Desembargador. Bom, agora sim. Agora quero ir para o Crime. Porque agora vou poder discutir Humberto Ulhôa de igual para igual. Falo isso do desembargador Humberto Adjuto Ulhôa porque as nossas ideias... Dir-se-ia um julgador mão pesada. E eu sou o julgador mais humanista. Eu não queria defender minhas ideias perante um Tribunal, eu como juiz convocado. Então, aí é que acabei de concretizar minha paixão pelo Crime. Estou na 3ª Turma Criminal. Não vou sair de lá de jeito nenhum. Vou sair de lá aposentado. Não tenho nenhuma pretensão de ir para nenhuma outra Turma.

16 Jorge de Figueiredo Dias. Jurista português. Com vasta obra publicada, é considerado o “pai” do Código Penal Português.

17 Um dos doutrinadores mais influentes do Direito Penal. Jurista alemão.

18 Hans-Heinrich Jescheck. Fundador e diretor do Instituto Max-Planck de Direito Penal Internacional e Estrangeiro, em Friburgo, Alemanha.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Fale-nos um pouco mais sobre o seu magistério e, inclusive, os cursos de especialização, doutorado em Portugal. A escolha da sua tese. Porque isso é uma parte significativa.

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Tenho curso que não acaba nunca mais. Tenho curso de correção monetária. Tenho de atualização em Direito do CEPAD – Centro de Estudos, Pesquisa e Atualização em Direito do Rio de Janeiro. Tenho curso de Direito Penal feito pela OAB. Tenho o 7º Curso Preparatório de Ingresso da Magistratura de Minas Gerais. Tenho curso de aperfeiçoamento para Juízes de Direito, realizado pela Escola da Magistratura de Rondônia. Tenho curso de especialização na área de concentração de didática geral, que fiz em São Paulo. Participei do Congresso de Associação dos Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude, lá em Curitiba. O Nívio (Geraldo Gonçalves) queria que eu fosse para Infância e Juventude. E eu cheguei à conclusão de que lá não seria uma seara. Participei da 1ª Jornada de Iniciação à Judicatura da Associação dos Magistrados aqui do Distrito Federal. Participei do Congresso de Magistrados do Centro-Oeste, lá em Cuiabá. Fiz o Seminário Internacional, o “Tribunal Penal Internacional e a Constituição Brasileira”, pelo Conselho da Justiça Federal. Participei do Seminário Nacional de Eficácia da Lei de Tortura. Participei da Jornada da Associação Brasileira de Professores de Ciências Penais. Participei de uma gama enorme envolven-

do a Associação dos Professores. Participei do Congresso Mundial de Criminologia. Esse curso foi muito interessante. E fiz outro curso também muito interessante, que está na moda: Curso de Capacitação e Treinamento para prevenção e combate à Lavagem de dinheiro. Esse curso fora feito em Porto Alegre e nele participou nada mais nada menos o mais festejado juiz hoje, o Sérgio Moro<sup>19</sup>. Fizemos esse curso lá.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Fale-nos um pouco sobre o seu doutorado e a escolha da sua tese.

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Isso é muito importante. Quanto ao curso superior, eu já disse que dei aula na Associação Vilhenense, na UDF, na Escola Superior da Magistratura (aqui). A Marisa mesmo foi da minha turma aqui da Escola. O Eduardo foi da minha turma, foram meus alunos aqui. E quando e por quê? Professor da Católica e porque o MEC começou a forçar muito a barra que professor só poderia ser quem fosse mestre ou doutor, e eu só tinha um curso de especialização... Aliás, esse curso de especialização eu gostaria de falar um pouquinho dele, desembargadora Carmelita Brasil. Embora já tenha falado tanto de curso. Mas esse curso merece um destaque. Acho até que o Tribunal deveria repetir essas iniciativas. Esse curso foi no ano de

---

**19** Juiz Sérgio Fernando Moro. O magistrado também é escritor e professor universitário no Paraná. O juiz Federal da 4ª Região ganhou notoriedade por comandar o julgamento em 1ª Instância dos crimes relacionados à Operação Lava Jato.



2000. Foi um ano inteiro. Tinha aula segunda-feira, quarta-feira. De oito ao meio dia. Enfim, uma grade definida. Esse curso fora ministrado pela Católica e o Tribunal patrocinou economicamente. Esse curso trouxe as melhores cabeças de Direito Penal que conheço na minha vida. Do Brasil, vieram quase todos. Damásio de Jesus<sup>20</sup>, Paulo José da Costa Júnior<sup>21</sup>, Bittencourt. Trouxeram também Raul Eugênio Zaffaroni<sup>22</sup>. Ficou conosco quinze dias dando aula. Trouxemos um cidadão da Itália. A Itália estava concluindo uma reforma, foi muito proveitoso. Então, esse curso foi realmente muito importante. No ano de 2000. Esse curso, a princípio, seria alguma coisa próxima de mestrado, mas acabou o MEC não aceitando. O MEC breiou, negou e, em verdade, ficou uma especialização lato sensu. Mas a Católica, o MEC sempre exigirá: só te pago bem se você for mestre ou doutor. Foi quando apareceu um grupo de Pernambuco que fez um convênio com a Universidade Autônoma de Lisboa. E esse curso não tinha nada para dar certo. Porque esse cidadão de Pernambuco não era uma pessoa correta. Ele não cumpriu suas obrigações com a Universidade Autônoma de Lisboa. Mas meu santo é tão forte, não é à toa que me chamo João Batista. Não é uma voz só clamando no deserto, não, às vezes ela é ouvida. Uma moça, que está na Pono hoje, chamada Constance, ela assume essa turma do Brasil. E disse: “Vamos em frente. Vocês venham para cá”. Peguei umas férias e fui para lá. Eu, o professor Eli e mais uns três fomos. E resultado: foi-nos dado o acesso. A mim, porque eu já tinha um currículo que eles entenderam

---

20 Um dos juristas brasileiros mais respeitados, especialista em Direito Penal.

21 Renomado advogado criminalista brasileiro. Faleceu em março de 2015.

22 Eugenio Raul Zaffaroni. Jurista e magistrado argentino.

razoável, deram-me acesso direto ao doutorado. Ao doutor Eli e outros, deram acesso ao mestrado. Como é que funcionava lá? Fomos lá, apresentamos o projeto e, depois de apresentado e aprovado o projeto, deferiram-nos dois anos para escrevermos a tese. Agora a tese. A escolha foi: A justa reprimenda no Estado de Direito. Por que isso? Eu era juiz de Vara Criminal. Eu ficava realmente sem teto quando peguei... Esse foi um caso verdadeiro, um caso verídico em que um cidadão veio do interior do Goiás para servir o BGP e ele ficava naquela casinha ali. De prontidão, o dia inteiro. Enfim, cumpria o plantão dele todo ali. E havia uma moça, que era servidora de um Coronel, não sei bem da patente, mas a verdade é que ela começou a se aproximar muito desse cidadão. E um dia passava muito bem vestida, outro dia passava quase desnuda, e o camarada, certo dia, não deu conta, passou a mão no “bumbum” da moça. Isso caiu na 7ª Vara Criminal. E eu pensando a minha tese de doutorado. Qual é o título? Nessa mesma semana me aparece outro caso também. Na época era diversificado: atentado e estupro eram dispositivos diferentes. Hoje não é mais. Aparece um caso onde o cidadão trabalhava no Parque da Cidade, ficava em pé naqueles quebra-molas e, quando passava a moça que lhe interessava, ele apontava para o pneu. Quando ela pensava olhar para ele, ele já estava instalado dentro do carro dela. E dali levava para o Bandeirante e, não só aconteciam os atos, como ele ainda a obrigava a pagar a conta. E, pagar a conta, ainda, para até humilhante, a obrigava a levá-lo ao seu local de trabalho, que era o Parque da Cidade. E eu li esses dois dispositivos e via: Pena – seis a dez anos. É seis a dez? É, seis a dez. Estou meio confuso porque o código mudou. Não consigo lembrar daquela época. Mas eu vi a pena

igual e eu perguntava como fazer justiça. Como fazer justiça se, no caso do BGP tenho que dar o mínimo de seis anos e, no caso do Parque da Cidade, tenho que dar também o mínimo de seis anos? Como resolver isso? E aí me surgiu a ideia de buscar solução a esse problema. E daí a escolha do tema: a justa reprimenda. E parti, então, para a pesquisa e depois fiz realmente um trabalho de peso, um trabalho que tem a opinião das principais capitais brasileiras. Fui pessoalmente, e devo também isso ao Tribunal. O Tribunal me deu três meses. Pedi seis e me deram três. Mas foi suficiente. Pedi seis porque eu queria ir a todas as capitais. Todas. Mas o tempo que me deram não me permitiu. Mas fui às principais. Fui à Belém, fui à Fortaleza, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia. Por que visitei esses estados? Porque eu levava um questionário. Porque eu tinha duas possibilidades de resolver essa questão. Primeira: fazer o que fez a Alemanha. E o que fez a Alemanha? Eliminou a pena mínima. A Alemanha não tem pena mínima. É o juiz que decide, diante do caso, qual é a pena necessária para punir, reprovar, e prevenir aquele caso. Essa era a minha ideia inicial. Eu, que li muitos autores alemães, tinha essa ideia inicial. Fácil. Está resolvido o problema. Acaba com a pena mínima. Sim, mas para eu acabar com a pena mínima... Isso é uma tese científica. A Europa não aceita que se acabe com a pena mínima. Por que você quer acabar com a pena mínima? Porque "eu acho". Você não acha nada. Você é um pesquisador, tem que pesquisar.

Então, tive que ir

a todas as capitais e colher a opinião. Tive que elaborar um formulário, onde só punha "X". Há de ser assim. A boa técnica científica manda que seja assim. Fui a todas as capitais e colhi a opinião de todas as respectivas Varas Criminais. Desta forma, eu tinha que sustentar qual tese? Aquela que os juízes... A minha proposta era: elimina-se a pena mínima. A alternativa para eu não perder o trabalho e a pesquisa? Se não aprovado isto, seria razoável a criação de uma causa especial de diminuição da pena? Os penalistas dirão: "Mas o Código está cheio de causa especial de diminuição de pena. Quer criar mais uma?" Não, mas eu não quero criar mais uma voltada para a política criminal. Todas estas que nós temos no Código Penal são causas que diminuem a pena em razão da política criminal. E eu desejava uma causa especial de diminuição da pena voltada para o "Eu juiz". Eu, juiz, julguei, encontrei uma pena. Se essa pena é injusta, vou lá, utilizo essa causa e reduzo a pena. Para quê? Para tornar a pena justa. Se para aquele caso, daquela moça lá do BGP, uma pena de 6 (seis) anos era muito alta, uma pena de 3 (três) anos seria razoável. Antes, não podia fazer isso por quê? Porque não havia permissivo legal. A pena mínima, a lei diz, são 6 (seis) anos. Então, nesse aspecto, formulei duas questões: ou se cria uma causa especial de diminuição da pena voltada para o juiz tornar a pena justa ou se elimina a pena mínima. Fui ao Brasil inteiro e os juízes todos disseram que eliminar não dá. Precisamos, então, criar a causa especial de diminuição da pena. É isso. Parti para esta tese. Fiz um estudo, que reputo bastante aprofundado. Conheci a jurisprudência do país inteiro, inclusive a de Porto Alegre, que afrontava o Código, afrontava tudo, e punha a pena abaixo do mínimo, tese defendida pelo

falecido Desembargador Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro. Conversei muito com o Ministro Cernicchiaro sobre isso. Elaborei o trabalho, tive 2 (dois) anos, levei a uma pesquisa de campo muito forte e a Universidade não teve nenhuma dificuldade em aprovar. O Conselho Científico se reuniu, aprovou a minha tese. Fui, defendi a tese. Tenho aqui as datas, mas não acho que seja tão importante. Defendi a tese em 22 de junho de 2009. A carta do autoral fora expedida em 30 de junho de 2009. E a Universidade Federal de Pernambuco validou meu título em 17 de outubro de 2014. Para concluir tudo isso, a minha tese termina com um Projeto de Lei introduzindo um parágrafo no artigo 68, que é exatamente um permissivo legal para, quando o juiz chegar a uma pena que ele olhar e entender que é injusta, ele poder reduzir e chegar à pena que entenda justa.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Algum parlamentar já “comprova” a ideia?

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Já. O Taques pegou esse meu projeto e introduziu no Projeto de Código. Está para sair, mas não sai. Agora, eu estava conversando há poucos dias com o Luiz Regis Prado<sup>23</sup>. Todos sabemos que ele acabou de lançar uma obra com 12 (doze) volumes de Direito Penal. Eu falava: “Professor, mas o senhor vai lançar? E se esse Código sai?” Ele me respondeu: “Esse Código não sai; e se sair, ou não vão mexer em muita coisa ou vão mexer em tudo. Em tudo eles não têm peito para mexer. Então, acho que não vão sair nada”. Desta forma, também usei os préstimos do André. Estava eu a elogiá-lo porque foi ele que me colocou em contato com o Relator do projeto de

reforma do Código Penal. Levei a ele o caso e expliquei alguns detalhes. Ele me disse: “É isso mesmo. Eu tenho esse mesmo problema lá no Mato Grosso. Por isso, isso, isso... Mas eu vou colocar”. E foi, e colocou no projeto. Se vai mesmo vingar, não sei. Mas estou com minha consciência tranquila porque o que eu almejava obtive. Já sou aposentado lá como professor, tenho mais de 35 (trinta e cinco) anos de docência, mas continuo na sala de aula na Católica nas quartas-feiras. E assim, foi minha vida jurídica vindo de uma cidade interiorana, como disse no início, onde eu era o único advogado, o que significava dizer que eu não tinha com quem conversar. Nem estudante, nem outro profissional, ninguém. Acho que papai do céu foi muito bom para mim porque minha chance de um dia estar aqui hoje, falando de minha vida, de minha carreira, de meus altos e baixos era nenhuma.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Os seus altos e os mais altos ainda. No seu caso, não há baixos. É altos e mais altos.

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Aí já é bondade da nossa desembargadora. Eu sempre digo: os olhos amigos veem virtudes onde elas não existem.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Nesse caso, existe. Desembargador João Batista Teixeira, encerrando essa entrevista, o tempo passou tão depressa, outras muitas coisas nós teríamos ainda que conversar, mas fica para uma outra oportunidade. O Programa Memória Oral agradece muito a presença de Vossa Excelência e vamos fazer força para que esse trabalho,

tão elogiado, tão reconhecido no meio acadêmico, que foi a sua tese de doutorado, venha a orientar o juiz na hora da aplicação da pena constando de uma regra legal posta. Fique à vontade para se despedir do Programa. Muito obrigada.

### **Desembargador João Batista Teixeira**

Desembargadora, é também nosso desejo e acho que, ao me despedir deste mundo, essa já é uma certeza que levo. Nossos magistrados aqui, uma grande parte deles, porque meus ex-alunos ou porque leram, conhecem, já até tacharam meu método de dosimetria da pena como método JBT. Quanto à entrevista, realmente não vi o tempo. Ele não existiu. Resta-me agradecer sinceramente a oportunidade de poder falar um pouco da minha vida e parabenizar a doutora porque tem levado este projeto ao sucesso, que ora já se pode visualizar, e, sem muita dificuldade, porque está aberto a todos quanto sejam capazes de manejar um simples computador. Desembargadora, que Deus lhe abençoe. Muito obrigado pelo convite e, mais ainda, pela paciência em ouvir uma história tão complicada.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

É uma história lindíssima. Nós agradecemos muito. Muito obrigada.

«fim»

**DATA DA ENTREVISTA**

18/3/2016

**LOCAL**

Memorial TJDFT – Espaço Desembargadora Lila Pimenta  
Duarte, Brasília-DF

**ENTREVISTADO**

Desembargador João Batista Teixeira

**ENTREVISTADORA**

Desembargadora Carmelita Brasil

**TRANSCRIÇÃO**

Subsecretaria de Apontamentos – SUAPO

**REVISÃO**

Iêda Oliveira de Araújo Alves – NUAMI

**PROJETO GRÁFICO**

Diego Vilani Morosino – ACS

**DIAGRAMAÇÃO**

Roberta Bontempo Lima – ACS



PROGRAMA  
**HISTÓRIA ORAL**

---

DESEMBARGADOR  
JOÃO BATISTA TEIXEIRA

**NUAMI**

Núcleo de Apoio à Preservação  
da Memória Institucional

**SEGD**

Secretaria de Gestão  
Documental

**PVP**

Primeira  
Vice-Presidência

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO DISTRITO FEDERAL  
E DOS TERRITÓRIOS

**TJDFT**